



***A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL RUMO A FORMAÇÃO EM
SEXUALIDADE E GÊNERO: EXPLORANDO AS MOTIVAÇÕES DE
PROFISSIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL***

***LA ESCUELA DE EDUCACIÓN INFANTIL PARA LA FORMACIÓN EN
SEXUALIDAD Y GÉNERO: EXPLORAR LAS MOTIVACIONES DE LOS
PROFESIONALES DE RIO GRANDE DO SUL***

***THE EARLY CHILDHOOD EDUCATION SCHOOL TOWARDS SEXUALITY
AND GENDER EDUCATION: EXPLORING THE MOTIVATIONS OF
PROFESSIONALS IN RIO GRANDE DO SUL***

Thaís Blankenheim¹

Natacha Führ Ramos²

Adolfo Pizzinato³

Angelo Brandelli Costa⁴

RESUMO

O presente artigo se propõe a explorar e discutir as motivações de profissionais da Educação Infantil para a formação e capacitação nas temáticas de sexualidade e gênero. Um questionário foi respondido por 96 participantes e as respostas foram analisadas através da frequência de palavras e de análise temática. Dos resultados emergiram dois principais temas para discussão: 1) a falta de conhecimento sobre sexualidade e gênero e 2) os atravessamentos da temática no contexto da Educação Infantil. O desenvolvimento de estratégias de capacitação/formação de professoras/es nessas temáticas é necessário para embasar as suas práticas cotidianas, proporcionar maior segurança em suas intervenções diárias - considerando a atual posição de vulnerabilidade dessas/es profissionais - e garantir a proteção dos direitos das crianças e das famílias que integram as instituições escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade. Gênero. Escola. Infância.

¹ Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Graduada em Psicologia. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Doutor em Psicologia da Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

⁴ Doutor em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo explorar y discutir las motivaciones de los profesionales de la educación de la primera infancia para la formación en los temas de sexualidad y género. 96 participantes respondieron un cuestionario y las respuestas se analizaron mediante la frecuencia de palabras y el análisis temático. De los resultados surgieron dos temas principales para la discusión: 1) la falta de conocimiento sobre la sexualidad y el género y 2) los cruces del tema en el contexto de la Educación Infantil. El desarrollo de estrategias de formación de profesores/es en estos temas es necesario para apoyar sus prácticas diarias, proporcionar una mayor seguridad en sus intervenciones diarias -teniendo en cuenta la posición actual de vulnerabilidad de estos profesionales- y garantizar la protección de los derechos de los niños y las familias que integran las instituciones escolares.

PALABRAS CLAVE: Sexualidad. Género. Escuela. Infancia.

ABSTRACT

This paper aims to explore and discuss the motivations of Early Childhood Education professionals for education about Sexuality and Gender. A questionnaire was answered by 96 participants and the responses were analyzed through the frequency of words and thematic analysis. From the results, two main themes emerged: 1) the lack of knowledge about Sexuality and Gender and 2) the intersections of the theme in the context of Early Childhood Education. The development of teacher training strategies on these themes is necessary to support daily practices, provide greater safety in their daily interventions - regarding their current vulnerability position of these professionals - and also to guarantee the protection of the rights of children and families who are part of the school.

KEYWORDS: Sexuality. Gender. School. Childhood.

Introdução

As temáticas de sexualidade e gênero passam por um processo de construção e elaboração para conquistarem o seu espaço no contexto das políticas curriculares e das práticas escolares. Tal processo possui no seu histórico muitas polêmicas, lutas, avanços e recuos (LOURO, 2014).

Historicamente, na metade da década de 1960, a maneira como a educação vinha sendo trabalhada nas escolas passou a ser pauta a partir de reivindicações de grupos que, por muito tempo, estiveram à margem da sociedade como os indígenas, as pessoas com deficiência, os/as negros/as, as mulheres e os não heterossexuais (GUIZZO; FELIPE, 2016). Na década de 70, a introdução do tema da sexualidade no currículo escolar teve alguma visibilidade, a partir da Lei nº 5.692/1971, que frisava que os trabalhos em educação sexual estariam a cargo de orientadores educacionais e de docentes das áreas de Ciências ou de Programas de Saúde. Um marco nesse processo foi a construção da

Constituição Federal de 1988, a partir da redemocratização do país. Um dos pontos da Constituição que aqui nos interessa, é o que destaca como necessário que o Estado desenvolva parâmetros para orientar as ações educativas (VIANNA, 2018). Então, em 1997, foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os quais constituem uma proposta flexível de conteúdos para orientar a estrutura curricular do sistema educacional, subsidiando a elaboração e revisão curricular dos estados e dos municípios, levando em consideração as suas diferentes realidades sociais. Entre as suas diretrizes, destaca-se a importância de discussões sobre temas como gênero e sexualidade na Educação Básica (BRANDÃO; LOPES, 2018).

Em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que objetiva colocar no centro da política pública em Educação o valor das diferenças, com seus conteúdos relacionados a valores culturais, étnico-raciais, geracionais, pessoas com deficiência, gênero e orientação sexual (GUIZZO; FELIPE, 2016). Por meio da Secad, temas e indivíduos que estavam até então excluídos das pautas escolares entraram para a agenda governamental do Ministério da Educação, recebendo visibilidade e proporcionando debates nas formações de professores/as (RIZZA; RIBEIRO; MOTA, 2018; VIANNA, 2018).

Em perspectiva contrária a essa, há quem defenda que os temas relacionados não devam ser trabalhados nas escolas. A pressão de alguns grupos vai na direção do silenciamento, a partir de suposições de que se não se tocar nessas questões, elas não “entrarão” na escola (LOURO, 2014). É por este viés que, ainda em 2004, foi criado o movimento denominado “Escola Sem Partido” no Brasil, objetivando proibir a manifestação de professores acerca de temas como política, religião, gênero e sexualidade (PORTO, 2019). Em 2011, veio à tona uma polêmica acerca do material didático do programa “Escola Sem Homofobia”. Após significativas críticas e fortes movimentos de setores conservadores, o material acabou sendo suspenso e não mais utilizado nas escolas brasileiras (GUIZZO; FELIPE, 2016; MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Assim, a partir desses e outros movimentos semelhantes, foram sendo estabelecidos nos planos políticos brasileiros o combate ao que os mesmos denominam como “ideologia de gênero”. Nesse contexto, é possível afirmar que há um forte movimento social e político que busca retirar termos, proibir a menção e discussões acerca desses temas na escola, bem como criar leis de criminalização da prática docente

e retirar direitos já conquistados por alguns grupos sociais (NICOLINO, 2018). Para ilustrar essa questão, pode-se destacar que o Plano Nacional de Educação (PNE), que é o documento que situa os objetivos e metas a serem alcançados em distintas etapas da Educação Básica e de Ensino Superior, não cita as questões de gênero e sexualidade na sua atual versão (GUIZZO; FELIPE, 2016).

Atualmente, são poucas as informações existentes acerca das formas como as escolas brasileiras têm conduzido suas atividades e intervenções relacionadas aos temas de sexualidade e gênero. É possível conjecturar, através de livros, materiais didáticos disponíveis, de indagações de professoras e professores, assim como por conteúdos disponíveis na mídia, que esse é um assunto no qual as/os profissionais ainda se movimentam com enorme cautela e com diversos receios, evitando o viés social e cultural (LOURO, 2014).

Em relação especificamente à Educação Infantil, Motta e Favacho (2018), ao realizarem uma pesquisa com professoras, destacaram que as profissionais demonstram desconforto e insegurança para trabalharem esses temas, já que as orientações do Estado, as proposições dos movimentos sociais e as posições das famílias em relação as questões de gênero e sexualidade acabam assumindo, por vezes, posições contrárias. Seja por medo, receio, precaução, falta de formação e/ou devido aos próprios valores morais, a realidade é que os/as profissionais, em sua maioria, acabam evitando se posicionar a respeito dessas questões. Soma-se a isso o fato de que, no contexto da Educação Infantil, essas temáticas são, muitas vezes, entendidas como desnecessárias e somente são abordadas quando alguma demanda importante surge (MOTTA; FAVACHO, 2018).

Entretanto, não há dúvidas de que os corpos infantis estão na escola com as marcas culturais e biológicas de suas faixas etárias, assim como com as marcas específicas de cada criança. Elas, no cotidiano da Educação Infantil, tiram suas roupas independente de quem estiver presente, utilizam o banheiro sem constrangimentos, se masturbam, abraçam e beijam, pedem colo, se agriem fisicamente quando são contrariadas, observam e tocam os seus corpos e dos colegas. Assim, mesmo que exista a tentativa de “silenciar” tais questões ou negar a sua existência, isso não é, em instância alguma, realmente efetivo ou sequer possível, visto que as crianças estão na escola, vivendo e se desenvolvendo, através de seus corpos (MOTTA; FAVACHO, 2018).

Em termos de diretrizes da Educação Básica para a Educação Infantil, sabemos que a partir da Constituição Federal de 1988 o atendimento em creche e pré-escola às

crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos, a partir da Emenda Constitucional nº 59/2009, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2017).

Partindo deste panorama, levando em consideração a relevância das temáticas para o atual contexto educacional brasileiro e a necessidade de abordagem do assunto no âmbito infantil, está sendo realizado um programa de intervenção para formação de professoras/es de Educação Infantil em Sexualidade e Gênero, através de um projeto de doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde está sendo desenvolvido um curso de formação sobre a temática. O objetivo desse artigo é explorar e discutir quais são as motivações dos profissionais de Educação Infantil para a formação e capacitação nas temáticas de sexualidade e gênero.

Método

A coleta de dados para esse artigo foi realizada durante a pré-inscrição para o curso sobre Educação em Sexualidade e Gênero, que integra os procedimentos do projeto de doutorado acima citado. A pesquisa foi anteriormente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e segue os pressupostos éticos de consentimento e anonimato.

No primeiro momento da pesquisa, o contato inicial visava buscar participantes para a formação e entender as suas motivações para participarem da mesma. Sendo assim, a/o participante realizava a sua pré-inscrição na formação preenchendo os dados para contato (nome e endereço de *e-mail*) e o instrumento de pesquisa - um questionário com a seguinte questão dissertativa: “explique os motivos pelos quais você deseja participar desse curso de formação”.

A coleta de dados foi realizada de forma *on-line*. Primeiramente, a pesquisadora enviou *e-mail* com divulgação do curso de formação para endereços eletrônicos de escolas. As escolas interessadas repassaram as/aos suas/seus professoras/es que, por

fim, acessavam o link para pré-inscrição e resposta do questionário, por via de formulário *on-line*.

Durante o período de dois meses em que o questionário esteve disponível – julho e agosto de 2019 -, 96 participantes o responderam. Essa amostra conta com profissionais atuantes no contexto da Educação Infantil, sendo professoras/es, estagiárias/os, orientadoras/es, coordenadoras/es e diretoras/es de escolas que atuam em diferentes cidades do estado do Rio Grande do Sul.

As respostas do questionário foram organizadas em um mesmo arquivo de texto, no qual foram retiradas as *stop words*⁵. O texto completo foi analisado através da frequência de palavras, realizada com o auxílio do ambiente de desenvolvimento *R Studio*. Após o levantamento da frequência, foi construída uma nuvem de palavras, através da aplicação web *WordClouds.com*. Para análise do conteúdo do arquivo qualitativamente, as respostas foram agrupadas em grupos temáticos e exploradas através da análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006).

Resultados e discussão

Frequência de palavras

A análise da frequência de palavras evidenciou os termos mais citados nas respostas das/os participantes. Foram selecionadas as 12 palavras mais recorrentes, pois foram as que apresentaram acima de dez aparecimentos nas respostas ou frequência maior do que 1% em relação ao texto completo. A análise da frequência de palavras está disposta na Tabela 1. O total, correspondendo ao texto completo que contém todas as respostas dos/as participantes, é de 1.108 palavras, sendo os 100% dessa amostra. Na Tabela 1, estão representadas 242 palavras, que correspondem a 21,84% do texto total, de acordo com os critérios de inclusão da análise de frequência.

⁵ *Stop words* (ou palavras de parada – tradução livre) são palavras que podem ser consideradas irrelevantes para o conjunto de resultados a ser exibido em uma busca realizada. Exemplos: as, e, os, de, para, com, sem, foi.

TABELA 1: Frequência de palavras.

PALAVRA	N FREQUÊNCIA	%
Tema	33	2,97
Conhecimento	29	2,61
Assunto	28	2,52
Educação	24	2,16
Formação	24	2,16
Infantil	17	1,53
Importante	17	1,53
Gênero	16	1,44
Professor/a	15	1,35
Trabalho	14	1,26
Criança	13	1,17
Temática	12	1,08

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

Após verificada a frequência, as palavras foram representadas, para melhor visualização, numa nuvem de palavras (Figura 1). A nuvem de palavras (abaixo) constitui uma representação visual de um conjunto de termos selecionados de acordo com o estabelecimento de critérios – neste caso, a partir das palavras mais frequentes nas respostas das/os participantes. Os atributos da nuvem, como o tamanho das palavras, são utilizados para representar as características dos termos utilizados para sua construção, como, nesse caso, a frequência com que aparecem (RIVADENEIRA *et al.*, 2007). Assim, as palavras mais evidentes, em maior tamanho, são as que mais foram citadas pelos/as participantes.

Esse contexto de falta pode ser evidenciado nos seguintes trechos de respostas: “Aquisição de conhecimento sobre a temática abordada”, “aperfeiçoar meus conhecimentos e compreender melhor”, “ampliar meus conhecimentos”. Algumas respostas relacionam essa necessidade à questão da novidade e atualidade do tema: “por ser um assunto novo e motivo de muitos debates e discussões. Vontade de pensar, aprender e me aprofundar”, “percebo que não tenho muito entendimento sobre o tema, gostaria de ampliar meus conhecimentos”.

Algumas respostas ainda apontam para a uma total falta de conhecimento formal sobre o assunto, como podemos verificar no seguinte trecho: “Por atuar na educação há um bom tempo e não ter tido acesso a nenhum curso sobre esse assunto”, e outras evidenciam a necessidade de embasamento: “um curso deste nível poderá me dar mais subsídios e referencial teórico para compartilhar com a equipe da escola”, “eu, enquanto educadora, preciso aprender mais sobre o tema, a fim de ampliar conhecimentos e adquirir embasamento”, “pois este é um tema muito importante e que precisa de constante formação para poder abordar corretamente nas escolas”, “necessidade de ter subsídios teóricos que sustentem a prática com as crianças e o diálogo com seus familiares”, “é uma temática que me interessa bastante, e também acredito que é um tema pouco debatido na rede ainda, por não termos uma total compreensão dele”.

Mesmo tendo uma trajetória de algumas décadas de implementação desses temas, conforme explicitado na introdução desse artigo, podemos perceber que a educação brasileira ainda vem dando os seus primeiros passos nessa temática. Sabemos que a importância de discussões sobre temas como gênero e sexualidade está presente nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Conforme as normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), deve-se considerar, nessa inserção, a autonomia das instituições de ensino. O incentivo é de que montem seus currículos e insiram, a partir das áreas de conhecimento, os conteúdos importantes para os tipos de sujeitos que atendem, assim como para a região em que estão inseridas, além de outros aspectos que considerarem relevantes (GUIZZO; FELIPE, 2016). Dessa forma, cabe tanto ao Conselho – num plano mais geral - quanto às instituições escolares dentro de suas especificidades, o asseguramento de que as temáticas de sexualidade e gênero estejam presentes em seus conteúdos. Entretanto,

para que se possa trabalhar de forma adequada, a capacitação e formação dos/das profissionais da Educação nesse campo torna-se essencial.

Abordar essa temática é importante não apenas porque essa procede de um processo de aprendizagem comum entre diversos contextos sociais, mas também porque revela a diversidade dos seres humanos e as situações de discriminação, preconceitos e dificuldades que a sua falta pode provocar (SILVA, 2017). O não acesso a uma formação adequada sobre a temática acaba colocando as/os profissionais num cenário vulnerável de atuação dentro das instituições. As consequências podem ser verificadas em algumas das respostas dos/das participantes, como: “devido ao fato de o tema ser de extrema relevância nos dias atuais e que nós como educadores não estamos preparados para suprir essa demanda nas salas de aula” e “a falta de conhecimento tem gerado mitos, preconceitos e desconfianças em cima do assunto gênero e sexualidade”.

Sendo a instituição escolar compreendida como um espaço fundamental na vida de crianças e adolescentes e na construção de suas identidades, ela tem o dever de possibilitar o acesso às informações sobre direitos e deveres, relações de gênero e sexualidades (ARGENTI; MILANI, 2017). Em outras palavras, um dos objetivos basilares no campo escolar deve ser o preparo dos sujeitos para que se tornem pessoas ativas e críticas, de modo a viabilizar a construção de uma sociedade mais igualitária e diminuir diferenças, como as ligadas à sexualidade e gênero (CARVALHO; GUIZZO, 2016).

Os atravessamentos do tema na Educação Infantil

O segundo tema emergente da análise temática denota os atravessamentos das temáticas de sexualidade e gênero no contexto da Educação Infantil. A partir da análise da frequência, já pudemos perceber a presença de palavras relacionadas à infância e ao trabalho do/a professor/a nessas temáticas. Na mesma perspectiva, a análise demonstrou que um dos principais temas levantados pelos/as participantes, além da falta de formação, é a preocupação em relação as especificidades do tema na faixa etária infantil.

As questões relacionadas à temática de gênero e sexualidade acompanham as crianças desde o período intrauterino (NEVES, 2017). A partir de exames de ultrassom, os pais descobrem as características sexuais do bebê e, então, já inauguram um massivo investimento financeiro e psicológico para inserirem a criança em um padrão de

masculinidade ou de feminilidade considerados normais pela sociedade (CARVALHO; GUIZZO, 2016). É entendido, pelas mães e pelos pais, que os sujeitos precisam se constituir como mulheres e homens conforme as regras pelas quais a sociedade em que estão inseridos determina, admite e aceita como o correto. Desta forma, a família acaba apontando e/ou transmitindo os comportamentos e atitudes dados como adequados para a ‘boa formação’ do ser homem e do ser mulher (FERREIRA, 2016). Assim, desde o nascimento, as crianças são inseridas em processos de sociabilização – que se iniciam primeiramente no ambiente familiar e que vão se ampliando para outros contextos, como a escola - que têm como intuito auxiliar no processo de constituição social dos sujeitos a partir de consentimentos e apreensões que miram o comportamento socialmente esperado para cada sexo (NEVES, 2017).

De que forma esses processos de sociabilização em relação a sexualidade e gênero são continuados e reafirmados na escola? Ferreira (2016) afirma que essas questões sempre estiveram envolvidas e presentes no processo de escolarização, no entanto, seguindo o propósito de vigiar, modelar e ajustar o corpo das crianças. A inquietação com a sexualidade sempre foi essencial na construção dos processos, das estratégias e dos padrões pedagógicos (FERREIRA, 2016). Assim, os materiais didáticos, currículos, sistemas de ensino, normas, teorias e metodologias de avaliação atuam, muitas vezes, como alavanca para as diferenças de gênero, sexualidade, etnia e classe, sendo compostos por essas distinções e, ao mesmo tempo, agindo como seus produtores.

Os/as participantes da pesquisa demonstraram preocupações vinculadas a temática relacionada à infância de duas formas, principalmente. A primeira delas denota certa invisibilidade do assunto nessa faixa etária, como podemos verificar em algumas falas: “as questões de sexualidade e de gênero acabam sendo omitidas na infância” e “as práticas cotidianas da Educação Infantil são atravessadas por estes temas, apesar dos mesmos não serem contemplados com a devida intensidade na formação docente, principalmente via licenciaturas”.

Conforme Carvalho e Guizzo (2016) a sexualidade infantil é negada por muitos/as dos/as professores/as devido uma concepção existente de que criança é e deve ser “inocente”. Dessa forma, acredita-se que é necessário abdicar a curiosidade infantil, observar e modelar seus comportamentos, bem como desconsiderar toda e qualquer atividade ou discussão que se vincule à sexualidade, para que assim se mantenha a “inocência” das crianças pelo maior tempo possível (CARVALHO; GUIZZO, 2016).

Portanto, alguns/algumas professores/as além de negarem e ignorarem essas questões e vigiarem os comportamentos das crianças acabam, na maioria das vezes, indicando maneiras de comportamento que intitulam adequados para meninos e meninas, conforme o que se espera desses pequenos sujeitos de acordo com o seu sexo biológico (CARVALHO; GUIZZO, 2016). Assim, é comum encontrar no contexto da educação infantil brinquedos e atividades consideradas ‘apropriadas’ para cada sexo e que acabam realizando uma separação entre meninos e meninas, pois caracterizam uma distinção em relação àquilo que deve fazer parte, socialmente, de cada contexto. Os inúmeros incentivos aos meninos para se envolverem em brincadeiras e atividades físicas como as que fazem alusão ao esporte, à agressividade, à competitividade e à inteligência e os numerosos investimentos para que as meninas se envolvam em atividades e brincadeiras mais calmas, com um viés e envolvimento doméstico e maternal são exemplos bastante explícitos dessa distinção, além de serem também um forte indicativo do que é esperado dessas crianças quando forem adultas (FERREIRA, 2016).

A consciência desses direcionamentos culturais e a presença de um trabalho de intervenções mais adequadas à diversidade, desde a primeira infância, contribui para a construção de uma visão que pode prevenir violências e preconceitos futuros. Revisões sistemáticas demonstram que intervenções em grupos e programas que facilitam encontros com membros de grupos sociais, aquisição de habilidades individuais, empatia e conhecimentos sobre o assunto produzem os efeitos mais promissores na prevenção de preconceitos e discriminação (BEELMANN; LUTTERBACH, 2020).

No contexto infantil, Shai (2011) aponta que a maioria das teorias da psicologia do desenvolvimento enfatizam a influência central que o cuidador adulto tem sobre o desenvolvimento emocional social da criança e, por isso, propõe que a prontidão dos educadores da primeira infância para abordar questões relacionadas a gênero e identidade sexual com crianças pequenas, desempenham papel importante na vida das crianças e de suas famílias. Nesse sentido, o papel dos/as professores/as da primeira infância e, conseqüentemente, os papéis desempenhados por indivíduos que treinam professores/as (as formações e capacitações de professores/as) também são essenciais.

Outra das preocupações vinculadas a temática na infância demonstrada pelas/os participantes da pesquisa, apresenta as dúvidas e dificuldades por uma necessidade de abordar o assunto na faixa etária em questão, o que pode ser ilustrado nas seguintes falas: “para saber como me expressar e trabalhar com as crianças quando o assunto é

sexualidade e gênero”, “vejo o quão importante é estarmos preparados para todo tipo de dúvida e argumentos que as crianças da educação infantil nos indagam” e “um curso que possibilita o aprendizado sobre gênero e sexualidade na sociedade atual é de grande valia para nós professores de educação infantil, que enfrentamos situações diárias sobre esses temas”. A questão real e prática, então, não se trata de não falar acerca de sexualidade, pois não há como negá-la no cotidiano da escola, mas sim sobre o que e como falar.

A temática está, em grande parte dos contextos escolares, vinculada apenas a matéria de biologia, sendo abordada exclusivamente em seu aspecto reprodutivo - em alguns casos também no aspecto das doenças sexualmente transmissíveis - deixando-se de lado o viés do corpo, das relações, dos afetos e dos desejos (NEVES, 2017). Demais autores concordam que, por mais que se reconheça a importância de serem discutidos esses temas no ambiente escolar, sabe-se que esses foram - e ainda são - abordados, em sua maioria, apenas pelo caminho da “natureza humana”, deixando-se de lado o viés da cultura. Assim, na maioria das vezes, o que acontece é uma abordagem biológica, com ensinamentos rasos sobre a anatomia dos órgãos sexuais, a fecundação, o nascimento, os métodos contraceptivos e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (BRANDÃO; LOPES, 2018; FELIPE, 2007).

Sendo assim, como fica a abordagem do assunto no contexto da infância, visto que a matéria de biologia começa a ser explorada somente nos anos finais do ensino fundamental e início do ensino médio, ou seja, quando os/as alunos/as já são adolescentes? Quais são as possibilidades de trabalho das/os professoras/es na Educação Infantil?

Além de atividades específicas relacionadas aos temas de sexualidade e gênero, o que se impõe diariamente nesse contexto são as intervenções cotidianas que as/os professoras/es realizam. Carvalho e Guizzo (2016) percebem que, no contexto da infância, normalmente age-se como se gênero e sexualidade não existissem. Entretanto, várias situações acontecem no dia a dia das escolas, pois as crianças têm sexualidade desde que nascem - tratando-se de uma sexualidade distinta da sexualidade adulta. A sexualidade infantil é um processo de descobertas, sendo expressada pela criança através do seu corpo: ela sente prazer, sente desprazer, pergunta sobre suas teorias e dúvidas, toca seu corpo e o de seus pares, sempre com o intuito de buscar respostas para os seus próprios questionamentos (XAVIER FILHA, 2015).

Situações muito frequentes no cotidiano da escola de Educação Infantil e que exigem intervenções imediatas são as relacionadas a escolha de brinquedos e brincadeiras por parte das crianças. Neste período de desenvolvimento é comum que as crianças comecem a buscar independência e controle sobre seu corpo, busquem oportunidades de fazer escolhas e experimentem novos graus de influência sobre o mundo. O descontentamento ou condenação por parte das/os educadoras/es em situações em que a criança escolhe jogos ou brinquedos que não estão na linha do comportamento convencional de gênero – por exemplo, um menino que quer brincar com bonecas ou uma menina que escolhe caminhões e bonecos de ação – podem indicar à criança que ela está fazendo uma escolha ruim ou inaceitável e será mais provável que esse retorno tenha um efeito negativo sobre o desenvolvimento do senso de autoconfiança da criança (SHAI, 2011).

Desta forma, é preciso que os/as professores/as deem significativa atenção para a questão da linguagem, com o intuito de buscarem perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega em seus discursos (LOURO, 2014). A linguagem pode ser considerada como o campo mais competente e persistente para instituir relações, posições e fixar diferenças, devido ao fato de que ela atravessa e constitui as práticas dos/as professores/as (FERREIRA, 2016).

Por fim, muitas/os das/os participantes, reconhecendo a importância da Educação Infantil no desenvolvimento das crianças, pontuam a necessidade de exploração da temática e seus benefícios, o que podemos verificar nas seguintes falas: “acima de tudo para que seja trabalhado o respeito pela individualidade de cada criança, suas preferências, curiosidades e necessidades, ou seja a reflexão da igualdade de gênero e a construção do currículo escolar desde a Educação Infantil” e “é na educação infantil que a base se forma, que tudo começa. É necessário e urgente que nós professores desta etapa possamos discutir, pensar, compreender, refinar o olhar e despertar a sensibilidade para tornar esta temática uma vivência significativa e natural para nossos pequenos”.

Nessa perspectiva, o campo da Educação pode favorecer a construção de sentidos para ampliar as significações sobre sexualidade e gênero, sobre as feminilidades e as masculinidades, bem como acentuar o caráter social e cultural da temática. O objetivo deve ser expandir o acento marcadamente biológico com que as questões costumam ser tratadas (LOURO, 2014). Interferir nos jogos de poder não é uma tarefa fácil para as/os professoras/es, visto que muitas/os estão passando, nos tempos atuais, por processos de desrespeito e retaliação ao tentarem se posicionar de uma forma menos tradicional e

mais conivente com a diversidade humana (PORTO, 2019). Assim, ainda são necessárias intervenções na formulação de políticas públicas de Educação, com o intuito de que elas passem a ser coerentes com as teorizações e discussões atuais. Além disso, desenvolver estratégias de capacitação de professoras e professores nessas temáticas contribui tanto para a formação dessas/es profissionais e facilitação de suas práticas diárias, quanto para a proteção e garantia de direitos de todas as crianças e de todas as famílias que fazem parte das comunidades escolares.

Conclusão

As questões relacionadas ao conhecimento sobre o tema da sexualidade e do gênero vieram acompanhadas, nos discursos das/os participantes dessa pesquisa, sempre de alguma falta, que aparece como necessidade de aproximação ou de aprofundamento na temática. Além disso, alguns/algumas participantes relacionaram essa necessidade com as questões práticas com as quais se deparam em sala de aula, enquanto outras/os evidenciam total falta de contato durante toda as suas trajetórias de formação.

A Educação Básica no Brasil, mesmo já tendo algumas décadas de implementação desses temas, ainda vem dando os seus primeiros passos nessa temática, o que implica na falta desses temas na formação das/os profissionais. Pudemos verificar que cabe tanto ao Conselho Nacional de Educação – num plano mais geral - quanto às instituições escolares - dentro de suas especificidades -, o asseguramento de que as temáticas de sexualidade e gênero estejam presentes em seus conteúdos. O não acesso a formação adequada sobre a temática coloca os/as professores/as num cenário vulnerável de atuação dentro das escolas.

A partir desse estudo foi evocada, também, a preocupação em relação as especificidades do tema na Educação Infantil. As/os participantes demonstraram preocupações vinculadas a invisibilidade do assunto nessa faixa etária e diversas dúvidas e dificuldades, geradas pela cotidiana necessidade de abordar o assunto na faixa etária em questão. Além de atividades específicas relacionadas aos temas de sexualidade e gênero que podem ser realizadas nas escolas, sabemos que o que se impõe diariamente na Educação Infantil diz respeito às demandas e intervenções do dia a dia, pelas quais as/os professoras/es são, muitas vezes, surpreendidos e precisam agir. Apontamos, aqui, a necessidade de atenção para a questão da linguagem, com o intuito de que as

formações possam auxiliar as/os profissionais a perceberem o sexismo, o preconceito e o julgamento moral que, muitas vezes, são involuntariamente reproduzidos.

Sendo assim, ainda são necessárias intervenções na formulação de políticas públicas e nas suas aplicações nas instituições escolares, para que elas sejam coerentes com as teorizações e discussões atuais. Ademais, o desenvolvimento de estratégias de capacitação/formação de professoras e professores nessas temáticas contribui para a consistência das suas formações, para embasar as suas práticas cotidianas, proporcionar maior segurança em suas intervenções diárias - considerando a atual posição de vulnerabilidade dessas/es profissionais – e garantir a proteção dos direitos das crianças e das famílias que integram as instituições escolares.

Referências

ARGENTI, Paula Camila; MILANI, Débora Raquel da Costa. **Educação sexual e docência: as relações de gênero, a diversidade e a sexualidade dentro da escola.** *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, v. 19, n. 2, p. 212-223, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10901>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BEELMANN, Andreas; LUTTERBACH, Sebastian. Preventing Prejudice and Promoting Intergroup Relations. In: BENUTO, Lorraine T.; DUCKWORTH, Melanie P.; MASUDA, Akihiko; O'DONOHUE, William. (Eds.). **Prejudice, Stigma, Privilege, and Oppression: A Behavioral Health Handbook.** Suíça: Springer Nature, 2020. p. 309-326.

BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. “Não é competência do professor ser sexólogo”: O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v.18, n. 1, p.100-123, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-60892018000100100&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRAUN, Virgínia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706QP063OA>. Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>. Acesso em: 04 mai. 2020.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de.; GUIZZO, Bianca Salazar. Políticas curriculares de educação infantil: um olhar para as interfaces entre gênero, sexualidade e escola. *Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade*, v. 25, n. 45, p. 191-20, jan./abr. 2016. Disponível em:

<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba/article/view/2294>. Acesso em: 17 mar. 2020.

CIRIBELLI, Carlos José de Moura; RASERA, Emerson Fernando. Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. 3, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6978787>. Acesso em: 17 mar. 2020.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Pro-posições**, v.18, n. 2, p. 77-87, mai./ago. 2007. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2425/53-dossie-felipej.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FERREIRA, Márcio Porciúcula. Currículo, gênero e sexualidade: questões indispensáveis à formação docente. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 9, n. 12, p. 37-56, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/2995/3043>. Acesso em: 17 mar. 2020.

GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. Gênero e sexualidade em políticas contemporâneas: entrelaces com a educação. **Roteiro**, v. 41, n. 2, p. 475-490, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6195631>. Acesso em: 11 nov. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. 184 p.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300725&script=sci_arttext. Acesso em: 11 nov. 2019.

MOTTA, Darci Aparecida Dias; FAVACHO, André Márcio Picanço. Do silêncio ao desconforto: a prática de educadoras da Educação Infantil diante da sexualidade das crianças. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. (Orgs.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 241-259.

NEVES, Paulo Rogério da Conceição. Relações de gênero na escola: um debate ainda (mais) necessário. In: FINCO, Daniela; SOUZA, Adalberto dos Santos; OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz de. (Orgs.). **Educação e resistência escolar: gênero e diversidade na formação docente**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017. p. 71-104.

NICOLINO, Aline. Gênero nos currículos de formação docente em Educação Física no Brasil. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. (Orgs.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 73-91.

PORTO, Juliane dos Santos. Currículo, gênero e sexualidade: uma análise sobre as práticas discursivas e não discursivas que reforçam posições de gênero e sexualidade na

escola. **RELAcult - Revista Latina-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 4, abr. 2019. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1264/896>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

RIVADENEIRA, Anna W. et al. **Getting our head in the clouds: toward evaluation studies of tagclouds**. In: PROCEEDINGS OF THE SIGCHI CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS, 2007. Montreal Quebec Quebec. Anais... Nova York: Association for Computing Machinery, 2007. p. 995-998.

RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MOTA, Maria Renata Afonso. A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as. **Educação e Pesquisa**, v. 44, p.1-18, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100316&script=sci_arttext Acesso em: 11 nov. 2019.

SILVA, Cristiane Gonçalves da. (2017). Sexualidade e diversidade sexual: diferenças, hierarquias e resistências. FINCO, Daniela; SOUZA, Adalberto dos Santos; OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz de. (Orgs.). **Educação e resistência escolar: gênero e diversidade na formação docente**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017. p.105-132.

SHAI, Tamar Ascher. Taking a stand: The role of the early childhood teacher in educating against homophobia. **Journal of Hate Studies**, v. 9, n. 1, p.149–163, 2011. Disponível em: <https://jhs.press.gonzaga.edu/issue/10/file/20/#page=158>. Acesso em: 18 mai. 2020.

UNESCO. (2014). **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem**. Brasília: UNESCO, 2014. 53 p.

VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual – breve história de lutas, danos e resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. 112 p.

XAVIER FILHA, Constantina. Sexualidade e identidade de gênero na infância. **Diversidade e Educação**, v.3, n. 6, p.14-21, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/viewFile/6375/4281>. Acesso em: 17 mar. 2020.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em julho de 2020.